

OS QUE VÃO E OS QUE FICAM: MOBILIDADE DOS JOVENS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA.

Elton Oliveira Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Área de pesquisa Território, Trabalho e Ambiente.

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Professora Dr^a do Departamento de Geociências da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB e pesquisadora CNPq 1c

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo estudar a relação entre assentamento rural e migração dando ênfase a perspectiva migratória dos jovens em áreas de assentamento. Para sua realização, além da pesquisa bibliográfica realizou-se levantamento de dados secundários junto ao INCRA e ao IBGE e uma ampla pesquisa de campo em cinco municípios paraibanos e em sete áreas de Assentamento envolvendo 42 jovens e suas respectivas famílias. O trabalho está estruturado em dois eixos de análise além da introdução e das considerações finais. O primeiro faz uma revisão da literatura sobre as categorias básicas que norteiam o estudo: território, assentamento e migração. O segundo apresenta o resultado da pesquisa de campo analisando a questão migratória nas áreas de assentamento na Paraíba dando ênfase à perspectiva migratória dos jovens rurais. Verificou-se que apesar da política de assentamento ser voltada para a fixação da população no campo, uma parte dos assentados, principalmente os jovens, apresentam o desejo de migrar em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho fora do assentamento. A principal constatação, porém, é a de que a criação de assentamentos, apesar de todos os problemas que eles enfrentam para se consolidar no interior de um território dominado pelo capital, constitui inegavelmente um fator de fixação importante da população e dos jovens no campo. A pesquisa demonstra que a grande maioria dos jovens assentados não pretende sair da terra em que vivem.

Palavras chave: Migração. Território. Assentamento Rural.

THE ONES THAT WILL GO AND THE ONES THAT STAY: YOUNG PEOPLE MOBILITY IN SETTLEMENT AREAS IN PARAÍBA'S STATE

ABSTRACT: This work has as objective study the relation between rural settlement and migration, giving emphasis the migrant perspective of the young people in settlement areas. For its accomplishment, besides the bibliographical research it accomplished raising of secondary data in INCRA(Brazilian organ of Land Reform) and to the IBGE (Brazilian institute of

Geography and Statistical) and an extensive field research in five Paraíba's municipal districts and in seven settlement areas involving 42 young and her respective families. The work is structured in two analyses axes beside the introduction and of the final considerations. The first does a literature revision on the basic categories that orientate the study: territory, settlement and migration. The second presents the result of field research analyzing the migrant question in the settlement areas in Paraíba giving emphasis the migrant perspective of the rural young people. It verified that in spite of the settlement politics be directed to the population fixation in the field, a part of the settlers, mostly the young people, presents the wish of migrate in search of life and work best opportunities outside the settlement. The main verification, however, is the one of that the settlement creation, spite all the problems that they face to if consolidate inside a territory dominated by the capital, constitutes undeniably a population important fixation factor and of the young people in the field. The research demonstrates that the young settlers great majority do not intend to go out from the land in which they live.

Key-words: Migration, Territory and Rural settlement.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar a relação entre assentamento rural e migração dando ênfase a perspectiva migratória dos jovens em áreas de assentamento. Ele é um produto da pesquisa que trata das “Perspectivas de migração dos jovens rurais no Nordeste” desenvolvida com apoio do MDA pelo Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC) do Departamento de Geociências da UFPB.

O GETEC foi criado em 2005 pela professora Emilia Moreira em 2005 envolvendo não só o grupo de estudantes de graduação e da pós-graduação em Geografia da UFPB por ela orientado, como professores e alunos da graduação e da pós-graduação em Economia e Sociologia da UFPB e UFCG que participavam dos seus projetos de pesquisa. Em 2010 o GETEC se transformou em um grupo de pesquisa do CNPq. Ele tem por objetivo desenvolver estudos, pesquisas e atividades de extensão, que envolvam as temáticas do trabalho, espaço e campesinato de forma articulada. Esses estudos são realizados em escalas local, estadual, regional, nacional e internacional. Dentre as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo destacam-se duas que envolvem a questão da mobilidade da população. A primeira, efetuada entre os anos de 2007 e 2010 foi apoiada pelo MDA e teve por meta estudar as perspectivas migratórias dos jovens rurais no Nordeste do Brasil. A segunda, em desenvolvimento, apoiada pelo CNPq, estuda a luta pela terra, a construção de assentamentos rurais e a luta pela sua

consolidação na Paraíba e preocupa-se entre outros em analisar os fatores de fixação e de expulsão da população jovem nas áreas de reforma agrária. Este trabalho é um produto, como já foi enunciado, da primeira pesquisa porém também sofre influência da segunda uma vez que ambos os estudos se articulam e se complementam..

Para sua realização, além da pesquisa bibliográfica realizou-se levantamento de dados secundários junto ao INCRA e ao IBGE e uma ampla pesquisa de campo em cinco municípios paraibanos e em sete áreas de Assentamento envolvendo 42 jovens e suas respectivas famílias.

O trabalho está estruturado em três eixos de análise além da introdução e das considerações finais. O primeiro faz uma revisão da literatura sobre as categorias básicas que norteiam o estudo: assentamento e migração. O segundo apresenta o resultado da pesquisa de campo analisando a questão migratória nas áreas de assentamento na Paraíba dando ênfase à perspectiva migratória dos jovens rurais.

1- MIGRAÇÃO: CONCEITOS E TIPOLOGIAS.

O conceito de migração como tanto outros que se circunscrevem no âmbito das ciências como um todo, é passível de várias interpretações de acordo com as linhas teórico-metodológicas dos pesquisadores bem como de seus objetivos. Cabe aqui neste trabalhar apenas recuperar sucintamente alguns geógrafos que se debruçaram sobre este conceito, desde as concepções mais tradicionais até os estudos mais atuais.

Max Sorre em seus estudos sobre a ciência geográfica dá uma atenção especial à migração, pois a considera como expressão da mobilidade no ecúmeno, definida desde os tempos antigos até nossos dias “como permanência e mobilidade da espécie humana sobre a terra” (SORRE, 1955, *apud* MEGALE, 1984, p. 11). O mesmo autor afirma que o uso do termo é amplo, podendo ser utilizado tanto para designar grupos humanos a procura de trabalho, quanto para referir-se aos deslocamentos de grupos animais pela terra, como se faz nas ciências naturais. Afirma ainda que hoje este termo é largamente utilizado nas ciências humanas, o que contribui para um empobrecimento do mesmo. Para ele existiam grandes diferenças de conceituação seja de país para país, seja nas diferentes áreas do conhecimento, cada qual dando à migração um sentido

segundo os diversos objetivos. Só na década de 1930 o Bureau Internacional do Trabalho conseguiu unificar as estatísticas nacionais e estabeleceu que “todo deslocamento internacional deveria ser considerado migração” (SORRE, 1955, *apud* MEGALE, 1984, p. 125).

Pierre George (1973) inicia a discussão sobre migração dizendo que ela faz parte da história da humanidade desde tempos antigos, como na pré-história. Quando ele se refere às migrações na pré-história podemos deduzir que esteja falando do nomadismo, que fez parte do cotidiano da humanidade quando o homem não tinha descoberto as técnicas agrícolas, as quais no futuro permitirão que o homem se torne sedentário. Ele enfoca ainda que a competência do geógrafo limita-se “aos estudos das migrações contemporâneas”.

O mesmo autor classifica as migrações em dois tipos: migrações econômicas temporárias e grandes migrações definitivas. As primeiras seriam para o autor, não uma migração de população, mas apenas migração de trabalhadores, para atender uma demanda imediata em países onde a população local não aceita trabalhos ingratos e mal remunerados. Ele cita como exemplo o caso dos italianos do sul que, na década de 1970, iam trabalhar nas minas francesas, alemãs e belgas e também o caso dos portugueses, iugoslavos, espanhóis e turcos que iam trabalhar em serrarias de floresta, na construção civil e nas grandes explorações agrícolas.

Já as grandes migrações definitivas seriam mais difíceis de caracterizar segundo Pierre George e só poderiam ser definidas *a posteriori*, pois várias seriam as causas que levariam um imigrante a se fixar definitivamente: a criação de laços afetivos, o sucesso financeiro no país onde trabalha ou ainda quando as condições de vida estão tão precárias que impossibilita sua volta ao país de origem.

Em seu clássico livro *Geografia de População*, Beaujeu-Garnier dedica vários capítulos para tratar das migrações internas e internacionais sendo esta última mais fácil de ser estudada pelo maior rigor dos dados estatísticos. Na sua concepção a forma como um país se organiza internamente provoca uma reação em sua população, que seria o ímpeto de mudar de lugar. No decorrer de sua obra a autora aponta que uma das causas principais que leva o indivíduo a migrar é o descontentamento, principalmente com a pobreza absoluta a qual este indivíduo é submetido. Há também os motivos que atraem as pessoas para o lugar de destino como a busca de melhor estabilidade no trabalho, um melhor padrão de vida, “mas quase sempre acontece isso ser uma simples miragem e a verdadeira situação ser, simplesmente, outra forma de luta contra a pobreza”

(BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 251). A autora assinala a existência de outras motivações, que não sejam de ordem econômica, a isso ela denomina de motivos psicológicos. Estes motivos levam indivíduos a sair de seu local de origem, seja por perseguições de ordem ideológica ou política ou ainda pelo que ela chama de “atração do grupo”.

Beaujeu-Garnier dedicou um capítulo do seu clássico livro, de Geografia de População ao que ela denominou de migrações rítmicas ou movimentos de temporada e cotidianos. Essas migrações foram classificadas como: a) nomadismo, que compreenderia a migração dos nômades; b) seminomadismo, ou seja, a migração “associada quer a um ponto fixo [...] quer a duas regiões que oferecem características climáticas nitidamente diferenciadas” (p. 287); c) transumância ou a transferência dos pastores com seus rebanhos das montanhas para os vales devido a mudanças climáticas no decorrer das diferentes estações do ano e; d) migração de temporada. Esta migração de temporada corresponderia a uma migração do tipo sazonal quando trabalhadores de uma área vão trabalhar noutra área em períodos de colheita que exigem grande quantidade de mão de obra.

2- DESTERRITORIALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO, UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE HAESBAERT

Haesbaert (2006) ao discutir a mobilidade no âmbito da desterritorialização primeiramente afirma que é possível conceber a idéia de movimento ao território e que a mobilidade não significa necessariamente desterritorialização do mesmo modo que o não movimento significaria territorialização. Ele assinala o caráter mais dinâmico do território “incorporando a noção de território-rede, por exemplo, podemos conceber uma espécie de territorialização no movimento” (HAESBERT, 2006 p. 236). Em sua análise trabalha com três sujeitos diferentes o nômade, o vagabundo e o migrante. O primeiro seria um ícone da pós-modernidade, o segundo seu correlativo moderno e o terceiro o de maior importância geográfica na atualidade

Sobre o nômade o autor afirma que este é um sujeito que caracteriza a própria sociedade pós-moderna, a qual vê a ação do mesmo como libertadora. O nômade não realiza o movimento pelo movimento, mas suas trajetórias são geralmente bastante previsíveis e tem um destino certo.

Sendo assim estes sujeitos na busca de novos espaços para sua reprodução social e cultural não se desterritorializam completamente “podemos dizer que ele se reterritorializa pela desterritorialização, ou, em outras palavras, sua territorialidade é construída na própria mobilidade espacial” (HAESBAERT, 2006, p. 242).

Quanto ao vagabundo, diferentemente do nômade, está sempre em movimento, porém sem nenhum destino, seria o movimento pelo movimento sem um fim definido. Este sujeito estaria fadado a uma desterritorialização quase absoluta e passaria a ser apenas um personagem da modernidade em contraposição ao nômade. Em relação ao migrante o autor dedica uma maior atenção pela sua centralidade na discussão geográfica contemporânea. Haesbaert levanta uma questão, se seria possível afirmar que as migrações podem ser um processo de desterritorialização. Tendo a visão de que para o migrante a mobilidade seria mais uma etapa, onde se busca certa estabilidade, fica difícil afirmar categoricamente que exista uma desterritorialização.

Em primeiro lugar segundo o autor “a migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-reterritorialização” (HAESBAERT, 2006, p. 246), pois só irá existir desterritorialização com territorialização. Segundo, que os migrantes não se constituem um grupo homogêneo, além das diferentes categorias de migrações como, a mobilidade pelo trabalho, política, cultural ou ambiental.

Para o autor mesmo as migrações por motivações econômicas não se dão da mesma forma, tantas são as formas que este tipo de migração assume quanto forem os tipos de grupos sociais que realizam este tipo de mobilidade. Podem ser indivíduos em busca de melhores condições de trabalho e/ou melhor remuneração e até mesmo aqueles em condições econômicas mais favoráveis, que deixam o seu lugar de origem para investir capital em outros territórios. Dessa forma a migração assume níveis de desterritorialização diferentes e isto se torna complexo perpassando por vários níveis que vão desde a vinculação com o território até a manutenção da sua identidade cultural.

A migração pode ser vista até mesmo como uma forma de se buscar a territorialização. Nesse caso o autor apresenta o exemplo dos agricultores e indígenas, que expropriados de suas terras, no movimento buscam territórios para sua sobrevivência enquanto grupo. Haesbaert afirma que “Migram para encontrar terras que possam utilizar (dimensão econômico-funcional do território)

e através das quais possam reconstruir ou manifestar sua identidade cultural (dimensão simbólica ou expressiva do território)” (HAESBAERT, 2006, p. 247).

A respeito desta relação entre desterritorialização e migração, Santos diz que como na atualidade a mobilidade virou praticamente um preceito, a idéia de desterritorialização vem à tona, pois para ele isso significa também um estranhamento e uma desculturização. Em suas palavras, “Quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS 1997: p. 263). Este autor ainda coloca que a memória que os migrantes trazem consigo não tem muita utilidade no novo espaço de vivência tendo este que criar novas experiências e vivências com o novo meio. Isto dá a entender que sua análise parte da idéia que a migração é um processo que rompe com as relações que o indivíduo mantém com seu território de origem, ou seja, sua territorialidade.

3- ASSENTAMENTOS RURAIS E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL

Falar de assentamentos rurais no Brasil é remeter a toda uma história de conflitos no campo brasileiro, porém não necessariamente todos os assentamentos surgiram através de tais conflitos. É partindo dessa premissa que no Brasil os assentamentos rurais surgem no contexto em que cada vez mais trabalhadores rurais eram expropriados de suas terras, formando uma massa de trabalhadores sem-terra, que se organizam e reivindicam o direito de voltar a terra, aqui entendido como o meio de produção que lhe fora tirado. Dessa forma as tensões no campo só foram aumentando como também as pressões sobre o Estado, que para diminuir as tensões encontra nos assentamentos, ainda que timidamente, uma forma de diminuir os conflitos e, de algum modo modificar mesmo que de forma modesta, a estrutura agrária do Brasil.

Sendo assim de início se faz necessário buscar algumas definições do que seja assentamento rural. Este termo surgiu pela primeira vez na reforma agrária venezuelana na década de 1960. Segundo Bergamasco & Norder:

(...) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (1996, p. 07).

De acordo com tal definição entende-se de maneira genérica que os assentamentos são uma resposta à luta pela reforma agrária em que o Estado aparece como mediador do conflito, e o objetivo final é em prol da fixação do homem no campo e em prol da melhoria da condição de vida da população camponesa. Porém o assentamento rural é mais do que isso como afirma Carvalho, ele constitui

Uma encruzilhada social (...) um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terra e, dessa forma, se apossam formalmente das mesmas. Assim a partir do momento, passam a se encontrar face a face nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico em que irão reproduzir seus meios de vida e trabalho (1999 *apud* Oliveira *et al.* 2002, p. 16).

Nesta discussão cabe levantar uma questão: é possível haver diferença entre os camponeses de um assentamento e os camponeses de outra área rural qualquer? Para Leite et al. (2004, p. 111 *apud* DUQUE & CANIELLO, 2006 p. 634) “os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado e é essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e por consequência, os assentados como segmento social diferenciado”.

Para compreender o assentamento rural como um território é preciso entender o território como sendo um espaço de conflitualidades (FERNANDES, 2005). Afirmação esta reforçada por Saquet, ao dizer que a incorporação da crítica marxista ao estudo do território lhe imprimiu um caráter de conflito social, que se forma através da luta dos grupos sociais que dele se apropria. Dessa forma a luta pela terra que na maioria das vezes dá origem a um assentamento é na verdade a luta por um território, como afirma Fernandes (2005), “para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto a razão de sua existência”.

Deste modo para melhor elucidar a idéia de assentamento rural como território, é preciso como diz Fernandes (2008) superar o território entendido apenas como espaço de governança. Segundo este autor o território se divide em primeiro e segundo. O primeiro seria o espaço de

governança em suas mais diversas escalas seja nacional, estadual ou municipal. O segundo território é formado pelas propriedades particulares, nesse sentido o segundo território se constitui como fração do primeiro. Desse modo essa visão supera a discussão do território como uno e vê-lo como múltiplo, ou seja, a existência de diferentes territórios no interior do espaço geográfico (p. 280-281). É importante ressaltar esta discussão para se compreender a existência de uma disputa territorial entre o campesinato e o capital no território nacional. “Como os territórios são criações sociais, temos vários territórios, que estão em constante conflitualidades. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 282). Ainda Fernandes ao discutir a necessidade de pensar um modelo de desenvolvimento territorial que se diferencie da tendência geral dos governos de pensarem na perspectiva do agronegócio como um modelo o qual é posto de forma a ser seguido pela agricultura camponesa, afirma que “o desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamento como territórios” (FERNANDES, 2008, p. 297).

Se tomarmos o conceito desenvolvido por Moreira (1996), de Território de Esperança, veremos que este faz referência aos assentamentos rurais como sendo um espaço diferenciado que supera uma lógica anterior transformando um território de exploração em um território de esperança, que em suas palavras

(...) um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experienciada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986:281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de

(re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (2006: p.76)

Os movimentos sociais do campo transformam o espaço em território e os assentamentos rurais são sua expressão material carregando consigo suas territorialidades e suas identidades territoriais. Sendo assim transformação do espaço em território se dá através do conflito.

Conforme foi posto anteriormente, existem dois processos que derivam do território que são a territorialização e a territorialidade. Vamos nos debruçar sobre o segundo para fundamentar o assentamento rural como um novo território construído com uma nova lógica que difere da anterior, portanto a relação dos camponeses com este novo território se constituirá como outra territorialidade. Se entendermos que a territorialidade é a “manifestação dos movimentos das relações mantedoras dos territórios que produzem ou reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2005), podemos então deduzir que os assentamentos rurais constituem uma nova territorialidade, pois a relação dos que nele vivem se dá de forma diferenciada em relação ao trabalho, a produção. Como bem coloca Saquet que ao discutir território afirma que:

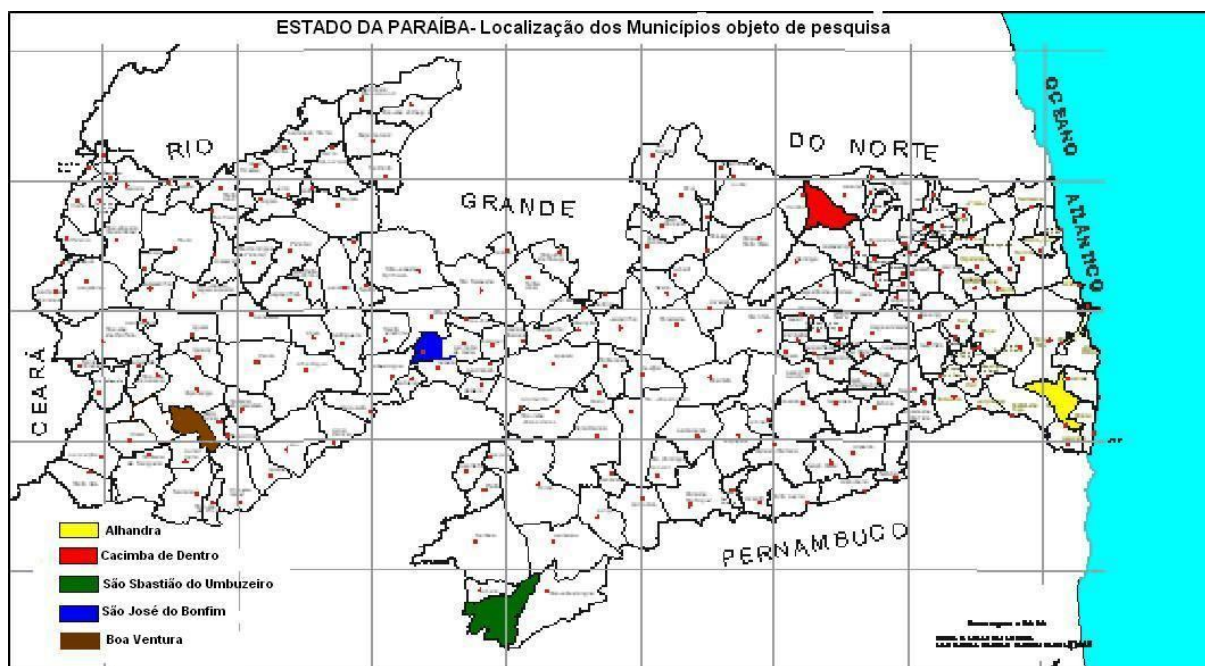
A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer na igreja, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. A territorialidade é cotidiana, multiforme e as relações são múltiplas, e por isso os territórios também o são, revelando a complexidade social e ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico (2004: p.140).

Com base nesses pressupostos procuramos entender de que modo o assentamento enquanto um novo território construído a partir da luta dos trabalhadores por terra oferece aos jovens as condições para se fixarem ou não é capaz de impedir novas desterritorializações/reterritorializações.

4- PERSPECTIVA DE MIGRAÇÃO DOS JOVENS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO

Para entender a questão migratória no interior dos assentamentos nos apoiamos numa pesquisa de campo que, como já foi mencionado, abrangeu cinco municípios paraibanos (Figura 1) e 7 assentamentos rurais distribuídos nas quatro mesorregiões do Estado: os assentamentos Mucatu e Subaúma em Alhandra (Mata Paraibana); Nossa Senhora das Dores em Cacimba de Dentro (Agreste Paraibano); Estrela D'Álva e Dos 10 em São Sebastião do Umbuzeiro (Borborema); Tubarão em São José do Bonfim e Suíça em Boa Ventura, ambos no Sertão Paraibano.

Figura 1



Elaborado por: Ricélia Marinho

Organizado por: Elton Oliveira da Silva

No total esses assentamentos compreendem uma área de 19.956 hectares onde estão instaladas 565 famílias. O maior deles é o de Mucatu com uma área superior a 10 mil hectares e que representa 51,2% do total da área dos assentamentos pesquisados (tabela. 1). O menor é o de Nossa Senhora das Dores com apenas 173 hectares que correspondem a menos de 1% do total da área dos assentamentos pesquisados. Os assentamentos com menor número de famílias

assentadas são respectivamente o de Nossa Senhora das Dores (3,0% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados) e Suíça (22% do total das famílias assentadas no PA's pesquisados).

Tabela 1 – Distribuição dos Assentamentos pesquisados segundo os municípios, a área ocupada e o número de famílias assentadas

Município	Assentamento	Área (ha)	%	No. de famílias	%
Alhandra	Mucatu	10.224,000	51,2	174	32,2
	Subaúma	565,954	2,8	99	18,3
Cacimba de Dentro	Nossa Senhora das Dores	173,000	0,9	16	3,0
São Sebastião do Umbuzeiro	Estrela D'alva	5.270,780	26,4	53	9,8
	Dos 10	2.154,040	10,8	120	22,2
São José do Bonfim	Tubarão	1.098,000	5,5	67	12,4
Boa Ventura	Suíça	470,000	2,4	12	2,2
Total	07 PA's	19.955,774	100,0	565	100,0

Fonte: INCRA (2007).

No que se refere ao número de famílias assentadas, pela ordem, os assentamentos com maior número de famílias são os de:

- Mucatu (32,2% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados);
- Dos 10, com 120 famílias (22,2% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados);
- Subaúma com 99 famílias (18,3% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados);
- Tubarão, com 67 famílias (12,4% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados);
- Estrela D'Alva com 53 famílias (9,8% do total das famílias assentadas nos PA's pesquisados).

Com base na pesquisa de campo constatou-se que o tamanho médio das famílias assentadas gira em torno de 6 pessoas. Quanto ao sexo existe um ligeiro predomínio das mulheres que representam 58% da população assentada. Segundo a idade a população assentada se mostra

bastante jovem, pois 43,4% tem de idades entre menos de 5 e menos de 18 anos . A população economicamente ativa (PEA) representa 74,4% do total dos assentados. Os mais idosos com idade acima 65 anos representam apenas 2,2% do total da população assentada.

4.1- Produção e renda das famílias assentadas

Com relação à produção agrícola predomina nos assentamentos as culturas de ciclo curto como o feijão e o milho. Merecem destaque os assentamentos Mucatu e Subaúma pela maior variedade de produtos agrícolas onde se encontra inhame, mandioca, fava e inúmeras fruteiras com destaque para a graviola e o maracujá (figuras 2 e 3). No assentamento Nossa Senhora das Dores destaca-se a produção do maracujá que é comercializado e garante uma maior fonte de renda às famílias. A atividade pecuária está mais presente nos assentamentos do Sertão, com o gado bovino e no Cariri além da exploração do carvão e da lenha (ver figuras 4 e 5), destaca-se a caprinocultura.



Fig. 2 - Plantio de mamão nas vertentes dos tabuleiros. PA Mucatu, 2007. Fonte: Jossandra Gonçalves.



Fig. 3. Plantio de inhame, presença de coco-de-PA Mucatu, 2007. Fonte: Elton Oliveira



Fig. 4 – Madeira retirada para a comercialização
Fonte: Emília Moreira



Fig. 5 – Carvoaria no PA Dos 10. no PA Suíça.
Fonte: www.projeto domhelder.gov.br

A renda média declarada pelos assentados foi R\$ 475,00. A renda proveniente da agricultura gira em torno de um salário mínimo e na maioria das vezes não chega a isso. Além disso, observou-se que os programas do Governo federal, como o Bolsa Família, constituem uma fonte de renda complementar, que beneficia principalmente as famílias que têm crianças. Outras fontes de renda provêm da venda de carvão, no caso dos assentamentos do Sertão, do assalariamento agrícola nas plantações de acerola em Alhandra e da produção da “renda irlandesa”, praticadas pelas mulheres assentadas de São Sebastião do Umbuzeiro. A avaliação que os jovens fazem do lugar onde moram, ou seja, do assentamento é de um lugar com muita tranquilidade, mas com poucas oportunidades de estudo e de trabalho, restando apenas para estes trabalhar com os pais na agricultura que na visão deles é pouco rentável, mas que garante o sustento da família.

Quando os jovens foram perguntados sobre que atividade exerciam, 24% da faixa etária de 15 a 24 anos, responderam que no momento não exerciam nenhuma atividade profissional. Enquanto que 49,4% trabalhavam na agricultura no próprio lote ajudando os pais e outros 7,6% trabalhavam como assalariados agrícolas. O restante exercia outras atividades, como vendedor de sandálias, emprego doméstico e funcionário público do município.

4.2 A migração nos Assentamentos

O estudo da migração nos assentamentos rurais levou em conta o movimento da população segundo o lugar de nascimento, o lugar de morada anterior ao assentamento, o

deslocamento da população após a criação do assentamento e a perspectiva migratória dos jovens rurais assentados.

Quanto ao local de nascimento, a maioria da população dos assentamentos nasceu no mesmo município e na própria zona rural onde se localiza o Assentamento (83,1%), com exceção dos assentados do PA Tubarão, no município de São José do Bonfim, uma vez que parte das famílias são oriundas do município de Patos; do PA Suíça, no município de Boa Ventura, onde os locais de nascimento das famílias correspondem tanto a municípios do Sertão da Paraíba (Juazeirinho, Emas e Patos) como de outros Estados do Brasil (Macapá –AP; Brasília - DF e Equador – RN) (v. quadro 1). Uma das famílias residentes no PA Suíça, no município de Boa Ventura está há apenas um ano no município e afirma ter vindo para buscar melhores condições de trabalho e de vida. Também uma parcela dos assentados do PA Mucatu, nasceu no município de Vicência no Estado de Pernambuco.

Verifica-se do exposto que a criação dos PA's por si só já contribui para o deslocamento da população seja da área urbana para a rural num mesmo município, seja de outros municípios do mesmo estado e de municípios de outros estados para o município onde foi implantado o assentamento. Consta-se que o processo de territorialização decorrente da criação do assentamento teve por base um processo anterior de desterritorialização.

Município	Estado	Zona Rural	Zona Urbana	Total
Cacimba de Dentro	PB	6	0	6
Juazeirinho	PB	1	0	1
Emas	PB	0	1	1
Equador	RN	0	1	1
Brasília	DF	0	1	1
Patos	PB	3	15	18
Macapá	AP	4	0	4
São Sebastião do Umbuzeiro	PB	40	3	43
Pesqueira	PE	6	1	7
Arco-Verde	PE	1	0	1
Tanguará	RN	0	1	1
Pão-de-Açúcar	PE	1	0	1
Miamirim	PE	1		1
Paulo Afonso	BA	1	2	3

Monteiro	PB	18	0	18
Camalaú	PB	2	0	2
São José do Egito	PB	1	0	1
Tabira	PE	1	0	1
Alhandra	PB	63	2	65
Mogeiro	PB	0	1	1
Vicência	PE	14	1	15
Juripiranga	PB	0	1	1
Pedras de Fogo	PB	0	7	7
Timbaúba	PE	0	1	1
Paulista	PE	1	0	1
Passira	PE	0	1	1
Limoeiro	PE	2	0	2
Abreu e Lima	PE	1	0	1
Belém	PB	1	0	1
Surubim	PE	1	0	1
São Miguel de Taipu	PB	1	0	1
João Pessoa	PB	3	1	4
São José do Bonfim	PB	9	3	12
Santa Terezinha	PB	1	0	1
Mãe D'Água	PB	1	0	1
Campina Grande	PB	1	0	1
Catolé do Rocha	PB	2	0	2
Conceição	PB	1	0	1
Total		188	43	231

Quadro 1 Local de nascimento das pessoas que compõem as famílias dos jovens entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo.

Para analisar a questão da mobilidade, principalmente a do tipo rural-urbana, contabilizou-se apenas os assentados que antes de vir para o assentamento residiam em outro município ou na zona urbana do município onde se localiza o assentamento. Não foram considerados os indivíduos que nasceram no assentamento ou os que moravam na zona rural do mesmo município. Sendo assim, em relação ao lugar de moradia dos assentados temos que a maioria, 60% do total, residia na zona urbana quer seja do mesmo município quer seja de outro município da Paraíba ou de outro estado. Embora morasse na cidade, a maioria trabalhava na agropecuária; 40% residiam na zona rural de outro município (quadro 2). Percebe-se a partir desses dados que o assentamento significou para a maioria uma volta à origem camponesa.

Município	Estado	Zona Rural	Zona Urbana	Total
Monteiro	PB	11	0	11
Camalaú	PB	3	0	3
Tabira	PB	1	0	1
São Sebastião do Umbuzeiro	PB	0	10	10
São João do Tigre	PB	1	0	1
Pesqueira	PE	4	0	4
Porção	PE	1	0	1
Arco-Verde	PE	1	0	1
Paulo Afonso	BA	0	8	8
João Pessoa	PB	0	2	2
Patos	PB	3	17	20
Campina Grande	PB	0	1	1
São José do Bonfim	PB	0	4	4
São Miguel de Taipu	PB	1	0	1
Caraúbas	PE	1	0	1
Belém	PB	1	0	1
Abreu e Lima	PE	1	0	1
Vicência	PE	10	2	12
Limoeiro	PE	2	0	2
Passira	PE	2	0	2
Gioana	PE	2	0	2
Timbaúba	PE	1	0	1
Pedras de Fogo	PB	0	8	8
Caaporã	PB	1	0	1
Macapá	AP	0	2	2
Juazeirinho	PB	1	0	1
Vera Cruz	RN	4	0	4
Total		52	54	106

Quadro 2 – Local de residência dos assentados anterior a vinda para o assentamento

Fonte: Pesquisa de campo.

Os jovens na faixa etária pesquisada de 15 a 24 anos somam setenta e nove, o que representa 34,2% do total da população assentada que foi objeto da pesquisa. Dentre eles, 20 (25,5%) afirmam o interesse de migrar, enquanto que 74,5% não têm interesse em deixar o lugar onde moram.

No que tange a perspectiva migratória dos jovens, analisando os assentamentos separadamente por mesorregiões, temos que nos assentamentos Mucatu e Subaúma em Alhandra

(Mata Paraibana), apenas 27,5 % dos jovens entrevistados afirmam querer sair do lugar, enquanto que 72,5% não querem sair do local onde moram. Nos assentamentos Dos 10 e Estrela D'Álva em São Sebastião do Umbuzeiro (Borborema), 15% pretendem migrar, enquanto 85% não pretendem. No assentamento Suíça em Boa Ventura e Tubarão em São José do Bonfim ambos no Sertão, temos que 19% dos jovens pretendem sair, enquanto que 81% não pretendem. O maior percentual de jovens que querem sair do lugar se encontra no Assentamento Nossa Senhora das Dores em Cacimba de Dentro (Agreste), onde 51% afirmam querer deixar na terra, ao contrário sua perspectiva é de buscar melhores condições de trabalho noutro lugar.

Quanto interrogados sobre o motivo que os levaria a migrar, 55% dos jovens entrevistados responderam que era a busca de melhores oportunidades de emprego; 35% a falta de perspectiva, de oportunidades de trabalho no local onde moram; 5%, a pretensão de dar continuidade aos estudos e outros 5% para tentar melhores salários (ver gráfico 1).

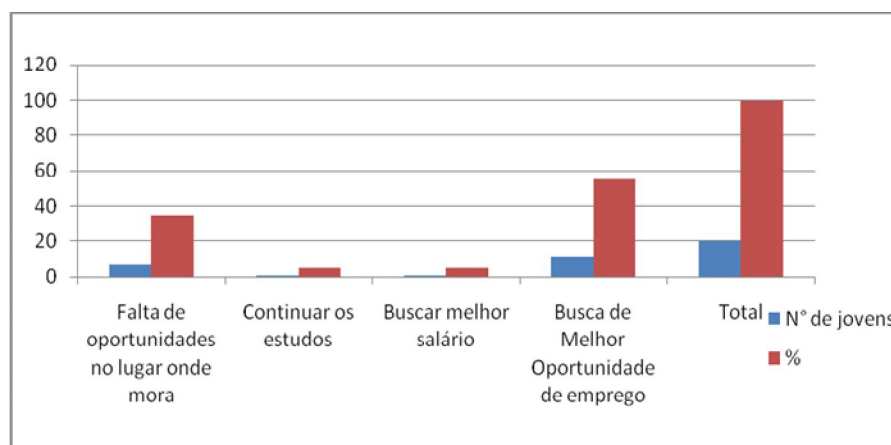


Gráfico 1– Razões alegadas pelos jovens para migrar

Fonte: Pesquisa de campo.

Alguns jovens alegaram que vêm num novo possível emprego fora do assentamento uma forma de garantir o seu futuro bem como o de sua família. A migração também é vista por eles como uma forma de garantir a manutenção da unidade familiar, pois se apenas um membro da família, em geral os filhos mais velhos, migrarem podem ajudar os familiares e garantir que estes permaneçam no local onde moram.

No que se refere ao destino declarado pelos jovens que desejam migrar a maioria afirmou querer partir para São Paulo e Rio de Janeiro (30% do total dos que desejam migrar) (ver gráfico

2). Em seguida vem os municípios de João Pessoa, Belém (PA) e Caiopó (no MS). Alguns, apesar de apresentarem o desejo de migrar não souberam responder para onde desejariam ir.

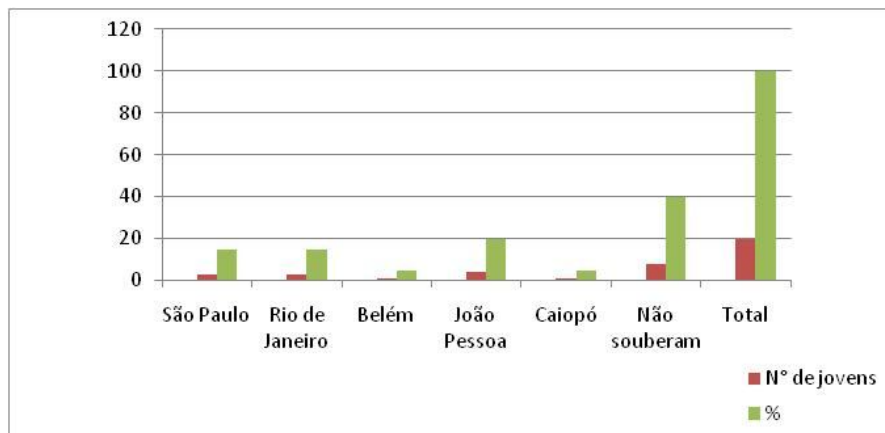


Gráfico 2 – Perspectiva de destino da migração dos jovens

Fonte: Pesquisa de campo.

Pode-se deduzir do exposto que as cidades do sudeste do país continuam sendo atrativas para os jovens, por estes acharem que lá conseguirão melhores oportunidades de emprego e renda. A maioria ainda tem a percepção de que estes lugares vão lhes proporcionar melhores condições de vencer na vida. Soma-se a isto a influência exercida por parentes e amigos que se encontram nestes municípios ou que já estiveram lá. Além, disso estes parentes servem de ponto de apoio aos jovens que desejam migrar. Sobre esta rede social Beaujeu-Garnier afirma:

Quando a notícia do filho ou do amigo que partiu é boa, o movimento emigratório propaga-se e muitos indivíduos emigram por nenhum outro motivo senão o oriundo do sentimento de companheirismo, que une família ou amigos, ou simplesmente o do exemplo dado pelo primeiro a deixar a terra natal (1974, p. 254).

Outro aspecto que chamou a atenção na pesquisa foi à presença nos assentamentos da migração temporária. O caso de um jovem de 19 anos filho de assentados e residente no PA

Tubarão, no município de São José do Bonfim, pela sua especificidade, foi objeto de uma pesquisa mais detalhada¹.

A família do rapaz é numerosa, composta por 14 pessoas das quais 6, moram com ele e os demais vivem em outras residências no próprio assentamento. A família trabalha na agricultura, no entanto o jovem não se integra nas atividades já que em sua opinião não é uma atividade rentável. Em seu depoimento Severino relata *“aqui não tem trabalho, na agricultura é difícil lucrar porque não chove”*.

Devido à falta de interesse pelo trabalho na terra o jovem transformou-se, como tantos outros jovens da região e do próprio assentamento, em um migrante temporário “redeiro”². Chama-se de “redeiro” (talvez numa analogia aos vendedores de rede da região de Catolé do Rocha, na Paraíba), aqueles que vendem mercadorias produzidas na sua terra, em outros estados do Brasil, num sistema controlado pelos proprietários da produção e agenciadores de mão-de-obra como será descrito a partir do resgate da história do jovem Severino, assentado do PA Tubarão .

Severino viaja desde os 18 anos, percorrendo vários estados do Brasil (Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, principalmente) vendendo sandálias confeccionadas com material sintético, produzidas em uma indústria do município de Patos, situado no Sertão Paraibano.

Ele e os outros jovens que trabalham como “redeiros”, não recebem salário, mas um vale que varia de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000 de acordo com as vendas e uma moto para irem pagando. Os jovens são contratados para revender as sandálias por R\$10,00. Porém como eles não recebem pagamento em dinheiro, precisam vender cada sandália por cerca de R\$12,00 ou R\$13,00 para cobrir as despesas de viagem. Severino relata que recebe de 2% a 3% por cada sandália vendida. Viajam por três meses e retornam para casa, permanecendo um mês em suas residências.

Os jovens viajam em caminhões baús que levam 15 a 20 homens dentro do baú. Eles viajam sentados sobre um estrado de madeira sob o qual ficam as mercadorias. Os baús só possuem pequenas janelas que abrem em forma de estreitas venezianas não permitindo uma boa

¹ A entrevista com o jovem Severino no PA Tubarão foi realizada por Emilia Moreira. Cf. também, sobre o assunto: FERREIRA, Eduarda de Lima et al., 2008.

² São migrantes temporários, os quais viajam por vários estados do Brasil trabalhando na maioria das vezes para empresas de calçados de força precária, em sua maioria são jovens. Apesar de o termo lembrar os vendedores de redes, trata-se apenas de uma referência justificada pela mobilidade espacial realizada por ambos trabalhadores.

ventilação. Eles dormem nos postos de gasolina em redes armadas em árvores e fazem as refeições nos restaurantes situados ao lado dos postos. Os trabalhadores são quem pagam a comida como bem o afirma Severino: “nós é quem paga, às vezes eles paga também, mas depois desconta” (depoimento colhido em entrevista realizada no PA. Tubarão).

Severino explica que eles passam o dia vendendo sandálias em uma cidade, jantam e partem para dormir na cidade que trabalharão no dia seguinte. Carregam as sandálias em uma bolsa, aproximadamente 50 pares que corresponde a cerca de 25 kg, que colocam nas costas e andam a pé pelas ruas o dia todo tentando vender a mercadoria. A viagem dura em média três meses. Seus pais relataram que na ultima viagem o jovem “passou muita necessidade, sofreu muito” então eles mandaram as passagens para ele voltar. Em sua ultima viagem Severino relata que o caminhão baú o pegou em casa e parou em Feira de Santana e outras cidades do sul da Bahia, onde passaram dez dias. Depois foram para Vitória-ES, onde passaram dois dias. De Vitória, foram para as cidades de Serra, Colatina e Carapina todas no Estado do Espírito Santo. Em seguida fizeram o percurso de volta parando em cada uma das cidades como explica Severino:

nós volta fazendo todas as cidades de volta. Quando nós acaba e ainda não é o prazo de voltar manda buscar mais mercadoria e vai noutro caminhão (depoimento de Severino. PA Tubarão).

O sonho de Severino era comprar uma moto e por isto aceitou trabalhar como “redeiro”. A moto é comprada pelo agenciador e os pagamentos das prestações são feitos pelo mesmo. Durante a primeira experiência como redeiro Severino não teve acesso a nenhum pagamento direto, por isso quando não tinha um dia bom de vendas não conseguia pagar a alimentação, tendo passado grandes privações. Mesmo assim quer continuar neste tipo de atividade, mesmo contra a vontade dos pais.

Este tipo de migração, caracterizada por Pierre George como migração temporária de trabalhadores e não de população, por não haver de fato uma transferência de população de um lugar para outro,

surgem da necessidade de resolução para um problema imediato do emprego, quando o empregador ou o poder de tutela do empregador não desejam encarregar-se da instalação e da manutenção social de um excesso de população correspondente a necessidade de força-de-trabalho (GEORGE, 1975, p. 104).

Durante a entrevista quando interrogado sobre o que acha do assentamento, Severino relata gostar da tranquilidade e da existência de amigos. No que se refere a sua escolaridade, completou apenas o ensino fundamental e afirma não ter interesse em dar continuidade aos estudos já que prioriza trabalhar e ganhar dinheiro. Esse exemplo de Severino foi encontrado em outras famílias de assentados dentro do próprio assentamento.

Ao contrário deste exemplo outros dão conta da vontade dos jovens de permanecer na terra, assumir o trabalho nos lotes e dar continuidade a vida camponesa, porém com mais conhecimento e mais estudo para melhor produzir e tratar a terra. Um exemplo também muito interessante se contrapõe à da perspectiva de migrar dos jovens pode ser expresso através de outro caso estudado no mesmo assentamento Tubarão. Trata-se da jovem Sarajane, de 18 anos, que juntamente com seu pai Sebastião, sua mãe e seus irmãos uniram-se com outras famílias acamparam em barracas de lona e participaram da luta de ocupação que deu origem ao assentamento.

A família de Sarajane morava antes numa terra vizinha, na qual o seu pai trabalhava plantando, tirando capim e cuidando do gado. Toda a família o ajudava na roça com a plantação do feijão, milho, pepino e arroz nas “vagens” (áreas úmidas).

Atualmente a agricultura continua sendo a principal atividade da família, junto à criação de gado, garrote e frango. Desenvolvem a atividade agropecuária, numa área de 10 hectares e esta realidade impulsiona Sarajane a continuar estudando, pois a sua expectativa de profissão para o futuro é ser veterinária.

Completamente inserida nas atividades produtivas da família é responsável pelo cuidado dos animais, e esta experiência para ela é uma forma de preparação para a futura profissão. Outra ocupação de Sarajane é realizar “faxina em casas de família” quando surge a oportunidade, ganhando em média R\$ 25,00 de diária, recurso que utiliza para comprar objetos de consumo como roupas, shampoo e sandália.

No que se refere à avaliação do local de morada e de vida, Sarajane declara que tudo lhe agrada e nenhum dos membros de sua família residente no assentamento Tubarão pretende sair. Ela afirmou:

(...) eu amo os animais, sou eu quem cuida deles no lote e ainda ajudo em casa. Quero ser veterinária para me dedicar aos cuidados dos animais. (depoimento de Sarajane. PA Tubarão).

Sarajane parece feliz e realizada. Gosta de montar a cavalo, tem boas amizades e considera sua vida de camponesa satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto constata-se que o Assentamento, enquanto fração do território conquistada pelos trabalhadores é lugar de vida e de trabalho e ainda pode ser considerado um elemento de fixação da população. Isto, porém não significa que os jovens não sofram influências internas e externas que criam expectativas de vida melhor ou de realização de sonhos de consumo através da migração temporária ou permanente.

A principal constatação do trabalho, porém, é a que a criação de Assentamentos, apesar de todos os problemas que eles enfrentam para se consolidar no interior de um território dominado pelo capital, constitui inegavelmente um fator de fixação importante da população inclusive dos jovens no campo. Como foi demonstrado, a grande maioria dos jovens entrevistados não pretendem sair da terra em que vivem.

Este artigo visa não somente um cumprimento ou uma obrigação acadêmica, mas também uma forma de dar visibilidade, tanto a luta camponesa por terra como a problemática das migrações. O GETEC vem desenvolvendo uma série de pesquisas acerca destes temas, trabalhando concomitante aos movimentos sociais e as ONG's, buscando garantias que essa realidade complexa e contraditória não seja posta no esquecimento.

REFERÊNCIAS

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

BERGAMAÇO, S.M & NORDER, Luis A.C. **O que são assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DUQUÉ, Ghislaine; e CANIELLO, Márcio. **Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da reforma agrária no Cariri paraibano**. In: Revista econômica do

Nordeste, Fortaleza v. 37, nº 4, 2006. Disponível em: www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=383.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. In.: Revista Nera, Presidente Prudente Ano 8, Nº 6 p.14-34, 2005. Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

_____. **Entrando no território dos Territórios**. In: FABRINI, João Edmilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. São Paulo: Difel, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INCRA. **Relação dos PA's do Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2007.

MOREIRA, Emilia. **Territórios de Esperança. João Pessoa: Projeto de Pesquisa**. CNPq, 2006.

_____. **Por um Pedaco de chão**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA et al. **De migrante a assentado na luta por reforma agrária**. XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Cmapina, 2002. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT MIG ST33 Oliveira texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Oliveira_texto.pdf).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Milton. **O lugar e o cotidiano**. In.: **A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, Alexandre D; SPOSITO, Eliseu S; SAQUET, Marcos A. (org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. P. 121-148.

SORRE, Max. **Migrações e mobilidade no ecúmeno**. In: MEGALE, Januário Francisco (org.). São Paulo: Ática, 1984.